PROSTITUIÇÃO DE LUXO: OS SENTIDOS QUE MULHERES ATRIBUEM AO EXERCÍCIO DE UM TRABALHO SOCIALMENTE (IN)VISÍVEL[1]

Victória Silveira Valmórbida[2]

Quele de Souza Gomes Santos[3]

Resumo: A prostituição está presente na sociedade desde a Antiguidade e já foi interpretada de diferentes maneiras ao longo do tempo. Atualmente, apesar de ser reconhecida como um trabalho em território brasileiro, o estigma sobre esta atividade e sobre as mulheres que a exercem permanece socialmente, de modo que gera repercussões na vida destas trabalhadoras. Nesse sentido, buscou-se analisar os sentidos que profissionais do sexo atribuem ao seu trabalho. Para isso, quatro mulheres inseridas no contexto da prostituição de luxo responderam a uma entrevista semiestruturada sobre os sentidos do trabalho. Os relatos foram submetidos a análise de conteúdo. Os resultados demonstraram que os sentidos atribuídos ao exercício da prostituição de luxo são variados, tendo destaque o retorno financeiro oriundo desta atividade em conjunto com o que este elemento pode proporcionar para essas mulheres. Também foram pontuados sentimentos de liberdade e independência, bem como experiências positivas e negativas na vida profissional, demonstração de que, para esta parcela específica de trabalhadoras, o trabalho na prostituição é um contexto de sentidos diversos e ambivalentes.

Palavras-chave: prostituição; sentido do trabalho; psicologia.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a prostituição é um trabalho invisível e discriminado socialmente. Mesmo sendo uma prática popularmente conhecida como “a profissão mais antiga do mundo” e tendo estado presente em diferentes contextos sociais e culturais, o ato de se prostituir ainda é interpretado como “de um domínio ambíguo e perigoso, sistematicamente usado e explorado, mas ao mesmo tempo evitado [...]” (FERREIRA FILHO, 2009, p. 19). Porém, mesmo atrelada a preconceitos, a prostituição se manteve presente na sociedade com o passar dos anos e continua sendo exercida como um trabalho.

A palavra prostituição advém do termo *prostituere*, que, em latim, refere-se a “expor; colocar à venda; ficar à frente de”. Ou seja, inicialmente a compreensão quanto a se prostituir era referente às mulheres que expunham publicamente seus corpos por conta da sua atividade de trabalho. Contudo, as práticas de prostituição foram vistas através de diferentes olhares ao

---

[1] Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

[2] Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. E-mail: sv.victoria@outlook.com.

[3] Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal da Bahia. Professora titular da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

longo da história, variando conforme a cultura de determinada época e os padrões sociais que deveriam ser seguidos. Um aspecto fundamental para o entendimento de como a prostituição é abordada na sociedade contemporânea é a sexualidade das mulheres, a qual também já foi interpretada de formas diferenciadas com o passar do tempo.

Na Pré-história, por exemplo, a sexualidade das mulheres era vista como um símbolo de fertilidade e de relação com o contexto espiritual, sendo comuns e apreciadas as práticas sexuais. Já na Antiguidade, com o início da perspectiva de homens como mais fortes e, consequentemente, superiores às mulheres, as sociedades adquiriram características patriarcais, o que alterou a perspectiva social sobre o exercício da prostituição, que passou a ser repreendida. Em locais como Grécia e Roma, durante o período Clássico, prostitutas consideradas sagradas continuaram existindo, mas havia práticas fora de ambientes religiosos que eram interpretadas como profanas e um meio de castigar mulheres na época (GUIMARÃES, 2007; QUALLS-CORBETT, 1990).

Na Idade Média, os costumes eram ditados pela Igreja, a qual pregava que o sexo deveria servir apenas para reprodução e que a mulher deveria seguir o papel de esposa, o que gerou mais restrição de sua liberdade, principalmente sexual. Dessa forma, a prostituição continuou a existir, porém clandestinamente, devido à perspectiva discriminatória presente no meio social da respectiva época. No decorrer da Idade Moderna, com o crescimento e importância da economia na sociedade e a intensificação do papel feminino atrelado ao lar, casamento e maternidade, o ato de se prostituir passou a servir como alternativa para mulheres conseguirem melhorar suas condições financeiras, mesmo com a manutenção do preconceito social com tais atividades (GUIMARÃES, 2007; QUALLS-CORBETT, 1990).

Com o predomínio do patriarcado, as ideias de repressão à sexualidade feminina prevaleceram com o passar dos anos, até tornarem-se alvo de estudos médicos durante os séculos XIX e XX. A hegemonia da visão da medicina sobre questões do corpo nesse período foi fundamental para o desenvolvimento de estudos por parte de Sigmund Freud e sua teoria sobre a sexualidade humana, a partir do tratamento de pacientes mulheres histéricas. Com isso, o corpo feminino e suas manifestações foram sendo interpretados a partir de uma perspectiva psicopatológica, juntamente com a necessidade de controle e de manutenção no espaço privado (FRANCISCO; CAVALCANTI, 2014).

Assim sendo, a prostituição era ditada pela sociedade como um meio indigno, porém necessário para suprir as exigências sexuais masculinas. Com a influência dos saberes da medicina como predominantes, ocorreu a responsabilização da classe de prostitutas quanto à disseminação de doenças venéreas, fato que aumentou a discriminação e controle sobre as

mulheres que praticavam o comércio sexual (GUIMARÃES, 2007). Apesar desses fatos, a prostituição durante o século XIX continuou a ser exercida como uma alternativa para as mulheres trabalhadoras adquirirem sua autonomia, melhores salários e condições de vida (ROBERTS, 1998 apud GUIMARÃES, 2007).

Contudo, para além da subsistência, o trabalho cria sentidos de existência e é fator de constituição do sujeito. Ao se analisar a história do trabalho e a desenvolvimento da sociedade, verifica-se que, apesar do trabalho estar presente em civilizações antigas, este foi interpretado de formas variadas conforme o respectivo período histórico e cultural vigente de determinada época. De acordo com Borges (1999), há concepções diversas quanto à compreensão de trabalho, sendo uma delas a de Karl Marx, que afirmou que o trabalho ocupa espaço central na constituição do sujeito, de modo que representa uma maneira dos sujeitos se expressarem e se construírem como seres humanos.

Sendo assim, entende-se que o trabalho também contribui para o reconhecimento do sujeito enquanto membro de um grupo profissional, o que repercute na distribuição de poder, bem como na organização das relações sociais (BARBOSA, 2003). Nesse sentido, diferentes atividades profissionais assumiram um papel importante para a formação e manutenção de diversas sociedades. No caso das profissionais do sexo, entretanto, percebe-se que mesmo reconhecida como ocupação profissional pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2002), no código 5198-05, este grupo continua sendo estigmatizado socialmente, apesar de este exercício laboral possuir características semelhantes a ofícios realizados em empresas, instituições e organizações, também possuindo sentidos e regras de conduta (BORGES; TAMAYO, 2001; MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020; SILVA; CAPPELLE, 2015).

Apesar disso, na realidade cultural brasileira, é presente o enaltecimento de determinadas profissões em detrimento de outras (BORGES, 2015). Esse fato, juntamente com as informações já citadas, expressa a desvalorização de certos ofícios na sociedade e a influência na constituição da subjetividade de trabalhadores julgados como inferiores. Portanto, pode-se vislumbrar a importância de ações, como na esfera política, que proponham reflexões e contribuam para a redução de preconceitos sociais com determinados trabalhadores, como é o caso de profissionais do sexo, para, deste modo, contribuir para desenvolver bem-estar social.

No Brasil, são escassas as informações quantitativas e atualizadas sobre a prostituição. Tem-se uma pesquisa realizada pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), do ano de 1999, a qual constatou a existência de cerca de 1,5 milhão de pessoas tem na prostituição a sua fonte de renda. Já o jornal Folha de São Paulo, em uma reportagem do ano

de 2002, traz o número estimado de 25 mil mulheres profissionais do sexo. Desta forma, percebe-se que a ausência de dados estatísticos atualizados acerca do tema sugere a manutenção do estigma, da invisibilidade e marginalização de mulheres profissionais do sexo (RIBEIRO; BRAZ; COELHO, 2019). Assim, deve-se refletir sobre quais os efeitos disto para uma população que se encontra desconsiderada nas esferas social, cultural e, consequentemente, política.

A prostituição passou a ser abordada em políticas públicas a partir da década de 1990, com a perspectiva dos direitos humanos e sociais das pessoas que exerciam esta atividade, para além do âmbito da saúde pública e do direito penal (RODRIGUES, 2009). A organização de movimentos sociais, que ocorreram durante a década de 1980, por parte da classe de trabalhadoras do ramo da prostituição, foi o que desencadeou a possibilidade de novas perspectivas para o tratamento da temática na esfera pública.

A reivindicação de direitos trouxe, por exemplo, o reconhecimento pela Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2002), que discorre no código 5198-05 acerca do exercício de Profissional do Sexo, o que legitima a atuação da prostituição como um trabalho no território brasileiro. Junto a isso, o Projeto de Lei nº 98 do ano de 2003, o qual levou pela primeira vez a pauta da prostituição para a esfera política abordando a exigência de pagamento por serviços sexuais (BRASIL, 2003), contribuiu para a demonstração de um considerável avanço na busca pelo espaço de reconhecimento destas trabalhadoras na sociedade. Porém, deve ser destacado que, no Brasil, ainda prevalece a visão do exercício das profissionais do sexo como um mal necessário (DIAS, 2017; RODRIGUES, 2009).

A prostituição é considerada uma atividade profissional denominada de ocupação pela Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2002), documento oficial que apresenta diversas conotações e legitima o reconhecimento de atividades laborais em território brasileiro. Nesta classificação, tem-se a nomenclatura “profissional do sexo” de maneira genérica, contudo, existem especificidades no contexto prático de atuação nesta área, como por exemplo, o ramo da prostituição de luxo.

As profissionais do sexo de luxo possuem algumas especificidades enquanto trabalhadoras. Primeiramente, deve-se destacar que é comumente utilizado o termo “acompanhante de luxo” para se referir a quem atua neste cenário, com o objetivo de minimizar a conotação pejorativa vinculada a estas profissionais. Assim como não somente a nomenclatura diferenciada, a prostituição de luxo possui uma dinâmica de trabalho diferente da categoria prostituição de modo geral, sendo considerada uma subcategoria de trabalhadoras deste ramo. Em suma, as profissionais de luxo atuam com o atendimento de clientes de maior

poder aquisitivo, ganham maiores cachês, investem mais na aparência física, possuem maior autonomia no trabalho e, geralmente, escolheram exercer este trabalho (PINTO, 2018, SILVA; CAPPELLE, 2017).

Todavia, apesar da atuação em um contexto com maior independência e menores riscos, as profissionais de luxo ainda estão inseridas na categoria prostituição, que está à margem de outros grupos profissionais e que ainda sofre de preconceitos historicamente construídos. Portanto, torna-se relevante compreender quais são os sentidos atribuídos por essas trabalhadoras a sua ocupação, para entender a perspectiva dessas mulheres acerca de suas vivências profissionais.

A literatura científica possui pesquisas que abordam a correlação entre prostituição e sentido do trabalho, porém, estas não contemplam especificamente o papel desta relação no âmbito psicológico. Os artigos encontrados acerca do sentido atribuído à prostituição são de Silva e Cappelle (2015, 2017), autoras que possuem formação na área da Administração. A compreensão do conceito de sentido do trabalho é fundamental para o entendimento da constituição subjetiva. A partir da abordagem sócio-histórica, entende-se sentido como a apreensão de algo que possui significado na coletividade e, ao ser apropriado pelo sujeito em suas vivências a partir da dialética social, passa a ter sentido singular (NATIVIDADE, 2007).

O sentido, relacionado ao elemento trabalho para mulheres que trabalham na prostituição, seja ou não de luxo, pode ser compreendido ao considerar que essas trabalhadoras possuem particularidades com base em suas histórias e vivências relacionadas com o meio social. Os aspectos psicológicos elaborados neste contexto de trabalho, como percepções, ações e sentidos, repercutirão na vida dos sujeitos que se apropriam de sua realidade. Por vivenciarem uma ocupação considerada (in)visível e marginalizada socialmente, destaca-se a importância da perspectiva psicológica sobre esta temática, para serem incentivadas reflexões, serem revistos preconceitos e, consequentemente, gerar benefícios para a vida de trabalhadoras estigmatizadas no meio social.

Ademais, os primeiros trabalhos sobre a relação entre seres humanos, seu contexto de trabalho e qualidade de vida foram desenvolvidos por psicólogos e, a partir disso, identificou-se que o ato de trabalhar engaja o corpo, provoca reflexões, interpretações, impulsiona a inteligência, novas possibilidades de sentir, pensar e de se manifestar cotidianamente (DEJOURS, 2004; TOLFO; PICCININI, 2007).

Quanto aos trabalhos sobre prostituição, Diniz (2013) afirmou que não é comum serem encontradas informações sobre o exercício da atividade na perspectiva das próprias trabalhadoras, mas sim de instituições, como o Estado e a Igreja. Assim, pode-se considerar

que, apesar de legitimas, as narrativas por parte de terceiros quanto ao tema podem contribuir para a manutenção dos preconceitos históricos relacionados às profissionais do sexo. Silva e Cappelle (2015) e Diniz e Mayorga (2018) relataram em suas obras a importância de considerar as vivências destas mulheres narradas por elas mesmas, na busca por explorar e compreender suas realidades e sentidos que lhes atribuem.

À vista disso, possibilitar um espaço de escuta às mulheres que exercem o ofício da prostituição contribui para o protagonismo dessas trabalhadoras, assim como proporciona que a sociedade tenha acesso a informações que podem contribuir para a desconstrução de preconceitos e ou estereótipos relacionados às profissionais do sexo, as quais exercem um trabalho socialmente discriminado.

Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar, a partir da perspectiva de mulheres profissionais do sexo, os sentidos que elas atribuem ao seu trabalho, tendo como princípio a escuta e legitimação de seus discursos no âmbito científico, de modo a produzir e promover conhecimentos que compreendam essa classe profissional de forma digna e humana.

1.1 A HISTÓRIA DO TRABALHO E SEU SENTIDO PARA A SUBJETIVIDADE HUMANA

A origem da palavra “trabalho” advém do latim *tripalium*, termo associado à tortura na Antiguidade. Nas sociedades gregas e romanas, a ociosidade era enaltecida e priorizada em detrimento do trabalho, sendo este destinado aos escravos e resumido a atividades braçais. Assim, pode-se notar que a execução de ofícios possuía um sentido negativo e não exercia função central na vida das pessoas. Percebe-se, então, que no período Antigo a vida laboral não era um elemento considerado expressivo para compreender a constituição da subjetividade (BORGES; YAMAMOTO, 2014).

Foi durante a passagem da Idade Média para a Idade Moderna que ocorreu uma alteração significativa quanto à importância do trabalho para o ser humano. A partir do desenvolvimento do capitalismo e a iniciação do comércio de produtos fabricados manualmente, foi criado um contexto em que os sujeitos passaram a vender sua força de trabalho, em troca de um valor, para quem possuía os meios para produzir mercadorias. Assim, o trabalho humano utilizado para a fabricação de um produto, passou a ser considerado para definir o valor deste produto, o que desencadeou a noção de contrato de trabalho e emprego assalariado (BORGES; YAMAMOTO, 2014).

A produção de bens de consumo e possibilidade de trocas valorativas a partir destes, fizeram com que houvesse o fortalecimento de um sistema socioeconômico focado no aumento da produção realizada pelos trabalhadores e, dessa maneira, começou a ser estabelecida uma relação diferenciada entre os sujeitos e o trabalho. Essas alterações contribuíram, portanto, para que fossem observadas implicações psicológicas do trabalho para os indivíduos, grupos e sociedades (BORGES; YAMAMOTO, 2014).

O trabalho humano nesse período era executado nos moldes capitalistas, padronizado, disciplinado e mecânico, ou seja, sem a consideração de ideias e pensamentos dos sujeitos que o executavam. Juntamente com a separação entre ambientes domésticos e laborais, o trabalho passou a ter visões "[...] dualistas e valorativas, como improdutivo e produtivo, de execução e intelectual, operativo e administrativo, público e privado, camponês e urbano, artesanal e industrial" (BORGES; YAMAMOTO, 2014, p. 31).

Logo, infere-se que a falta de envolvimento das pessoas por ações realizadas no trabalho pode ter sido consequência da desvalorização dos aspectos subjetivos inerentes ao trabalho, como pensamento crítico e a criatividade, já que as atividades eram mecanizadas e sem um propósito particular para o trabalhador. Isto é, o contexto de trabalho não propiciava engajamento por parte dos indivíduos inseridos na esfera trabalhista.

Nesse cenário, a influência da religião foi significativa para a alteração na perspectiva quanto ao trabalho na vida do ser humano. As ideologias do protestantismo, que propagaram o trabalho como um dever para conseguir a salvação de Deus, e do luteranismo, com o olhar de vocação e missão denominadas por Deus a serem cumpridas, foram importantes para a manutenção da lógica laboral do capitalismo (BORGES; YAMAMOTO, 2014). Com esses ideais, foi propagada a noção do trabalho como aspecto central e prioritário na vida dos indivíduos, o que pode ser interpretada como o desenvolvimento de um processo característico da subjetividade humana, de atribuir sentido ao exercício de uma atividade laboral, sentido este que se refere à compreensão singular de uma pessoa acerca de uma realidade histórico-cultural vivenciada (NATIVIDADE, 2007).

Contudo, a alta produtividade e a execução mecanizada das atividades laborais foram analisadas na esfera do trabalho por Karl Marx, que afirmou a existência da alienação quando o trabalho não engaja o indivíduo e é visto apenas como mercadoria. Porém, este autor também destacou o aspecto estruturante do trabalho, pois os sujeitos, ao se relacionarem com suas atividades trabalhistas, também constituem suas histórias pessoais e seu meio social (BORGES; YAMAMOTO, 2014). Assim, pode-se reforçar a importância da atribuição de sentido, por parte do ser humano, ao trabalho que realiza. Isto é, entende-se ser substancial a

relevância dos processos psicológicos na vida laboral, de modo a buscar motivação para as atividades de trabalho, como também de estas contribuírem de forma benéfica para a subjetividade dos indivíduos.

Na perspectiva da Psicologia, o sentido que alguém atribui ao seu trabalho pode ser compreendido como um fator multidimensional, que deriva da relação do sujeito com sua atividade e com elementos sociais que estão presentes no contexto laboral (TOLFO; PICCININI, 2007). Ou seja, a cultura da sociedade contribui para que determinadas significações coletivas sejam significadas pelos indivíduos. A partir de significados, a visão de determinada pessoa sobre suas vivências em sociedade, como a atividade profissional, pode ser formulada nas experiências particulares, as quais geram sentidos e concepções singulares sobre algo, como determinado trabalho (VYGOTSKY, 1989 apud NATIVIDADE, 2007).

Na realidade social contemporânea, o trabalho é um conceito que ocupa espaço expressivo na organização social e é um elemento central na constituição da subjetividade das pessoas. Como um objeto de questionamento presente na sociedade em diferentes épocas, entende-se subjetividade como um processo que ocorre enquanto o ser humano se relaciona com seu meio social e os aspectos presentes no mesmo. A relação das pessoas com elementos do cotidiano, materiais ou imateriais, são constituintes das vivências de quem as experimenta e, assim, "[...] valores, ideias e sentidos ganham um registro singular, tornando-se matéria prima para expressão dos afetos vividos nesses encontros" (MANSANO, 2009, p. 111). Com isso, entende-se a subjetividade como decorrência das formas que cada ser humano assimila suas vivências, constituindo assim significações sobre a realidade e modos de entender e se expressar sobre acontecimentos de sua vida.

Segundo Vygotsky (1989, p. 336):

> o sentido de uma palavra é a soma de todos os acontecimentos psicológicos que essa palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido, dinâmico que tem várias zonas de estabilidade desigual. [...] Uma palavra extrai o seu sentido do contexto em que surge; quando o contexto muda o seu sentido muda também.

Ainda, conforme Coutinho e Natividade (2012, p. 431): "[...] cada sujeito atribui sentidos particulares à realidade da qual se apropria. [...] depende do contexto e do sujeito que o atribui: cada sujeito pode atribuir sentidos diferentes, em momentos diferentes, a um mesmo fato ou objeto". Ou seja, a relação que os sujeitos estabelecem com os aspectos em seu meio social, como o trabalho, é relevante para o conhecimento de como as experiências no contexto laboral são apropriadas em suas vidas, sendo essa compreensão nomeada de sentido do trabalho.

Assim, pode-se afirmar que o sentido do trabalho é fator singular e fundamental para entender o papel que o mesmo representa em uma determinada realidade, assim como suas repercussões, tanto em âmbito psicológico como também social. A significação do trabalho, compreendida coletivamente, evolui e se transforma, de maneira dinâmica, juntamente com os sentidos que podem ser atribuídos a alguma atividade profissional (NATIVIDADE, 2007).

Como seres que vivenciam suas experiências em sociedade, as pessoas constroem conceitos sobre si mesmas, que são relacionados com a interpretação de como os demais indivíduos no meio social as enxergam. Sendo o trabalho central para o ser humano, as vivências apropriadas neste contexto são constituintes do modo que o sujeito percebe a si mesmo. Portanto, a dialética entre o contexto do trabalho e o ser humano que o realiza compõe a subjetividade humana e gera repercussões nas formas dos sujeitos se reconhecerem e serem reconhecidos (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007; SANTOS, 2011; TOLFO; PICCININI, 2007).

Logo, pode-se concluir que a invisibilidade social de determinadas atividades laborais demanda o interesse de estudos acerca das possíveis repercussões psicológicas para diferentes profissionais, em especial, aqueles que exercem atividades socialmente discriminadas, como é o caso de profissionais do sexo. Embora legalizada e reconhecida no Brasil (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2020), a prostituição permanece com o status de indigna e imoral (DIAS, 2017; MORIN, 2001; SCHWEITZER et al., 2016), o que demonstra a importância de se investir em pesquisas que busquem compreender as vivências e implicações psicológicas que essas trabalhadoras experimentam frente ao seu exercício profissional.

1.2 A COMPREENSÃO DE PROFISSÕES E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

A palavra “profissão” é descrita no dicionário, atualmente, como “ofício especializado que legitima alguém a fazer alguma coisa, pode ser, ou não, o meio de vida da pessoa”. Quanto à origem do termo, a derivação é do latim *professio.onis*, que diz respeito à ação de professar, de confissão pública sobre uma maneira de ser e execução de uma atividade que requer formação ou preparo para ser realizada (PEREIRA, CUNHA, 2007). Entretanto, na realidade contemporânea, ofícios nem sempre são exercidos com base em formações específicas e, muitas vezes, são executados com a finalidade principal de garantir subsistência.

Aspectos relacionados ao contexto profissional e a relação destes para os seres humanos foram relevantes para estudiosos da sociologia desde a Idade Moderna, tornando-se objeto de aprofundamento durante a década de 1930. A teoria funcionalista foi desenvolvida

nos Estados Unidos e buscou atribuir características possíveis de distinguir uma profissão de uma ocupação, de modo a enfatizar o valor de exercícios profissionais para a sociedade como um todo. Para ser considerada profissão, além da necessidade de ter conhecimentos específicos e aprofundados sobre algo, destaca-se que, de acordo com teóricos funcionalistas, um dos aspectos para atividade ser reconhecida como profissional era a execução desta com o objetivo de atender necessidades sociais, sem a finalidade de retorno financeiro ou de prestígio social (ANGELIN, 2010, PEREIRA; CUNHA, 2007).

Também foi considerada importante a formação de associações profissionais para a garantia da regulação e manutenção por parte da classe profissional. Dessa forma, pode ser percebido que os teóricos funcionalistas desenvolveram concepções sobre o contexto profissional a partir de uma parcela social e economicamente predominante, e que possuíam condições para investimento em formação profissional na respectiva época. Este aspecto possui relação com o que foi criticado por teóricos posteriores, devido às ideias funcionalistas terem sido centradas em experiências norte-americanas e não considerarem aspectos histórico-culturais de diferentes países quanto às questões profissionais (ANGELIN, 2010).

Outra abordagem acerca das profissões foi a interacionista, que partiu da consideração da relação do indivíduo com elementos presentes na sociedade, para compreender os motivos e condições que influenciaram a enxergar esta como profissão. Ou seja, para os interacionistas, o cenário social juntamente com as ações laborais que neste ocorrem são fatores que desenvolvem o reconhecimento de determinada profissão, de modo que os trabalhadores devem ratificar constantemente seu espaço enquanto grupo profissional (SANTOS, 2011).

Com base nessa perspectiva, para entender uma atividade profissional é necessário analisar a sociedade que o trabalhador está inserido, as características deste contexto e as interações entre meio social-sujeito. A questão identitária é importante no viés interacionista, de maneira que o reconhecimento da identidade profissional ocorre por meio da participação ativa dos trabalhadores na sociedade, para buscar legitimação enquanto tais (SANTOS, 2011). Em vista disso, nota-se que as ideias interacionistas se aproximaram do que a Psicologia contemporânea compreende acerca do trabalho e seu sentido para a constituição da subjetividade do ser humano.

Outras perspectivas teóricas surgiram a partir da década de 1960 devido às mudanças expressivas no mercado de trabalho como, por exemplo, o avanço de novas tecnologias e aumento da competitividade. As teorias contemporâneas sobre questões profissionais destacaram o cenário social e econômico sobre profissões, de forma que estas seriam

responsáveis por ratificar o reconhecimento do grupo de pessoas que exerciam determinada atividade como categoria profissional, relacionando-se com os aspectos culturais presentes da sociedade (SANTOS, 2011). Apesar do viés crítico, devido à consideração da interferência de fatores histórico-culturais, deve-se pontuar que as teorias contemporâneas sobre profissões podem ser interpretadas como restritas, pois foram desenvolvidas em contextos sociais específicos, os quais possuem características particulares que influenciam os fenômenos analisados e acabam por compor uma compressão da realidade de modo delimitado.

No Brasil, a profissionalização ocorreu no início do século XX e foi fundamentada pela existência de saberes técnico-científicos por parte de médicos, engenheiros e, posteriormente, de economistas. A influência dessas classes profissionais contribuiu para que fossem definidas, pelo Estado, novas classificações sociais relacionadas às profissões, a partir de critérios meritocráticos para tal (BARBOSA, 1998 apud ANGELIN, 2010). Atualmente, o reconhecimento de uma profissão está baseado no nível de conhecimento necessário para atuar e na especialização do trabalho, como também exige regulamentação específica e fiscalização dos denominados conselhos federais e regionais (COHEN; STURMAN; WERDLIK, 2014).

No contexto brasileiro, tem-se a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento oficial normativo válido em território nacional e que reconhece atividades de trabalho. Este documento faz uso do termo “ocupação”, um conceito estruturado por analistas ocupacionais e diz respeito à “agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas” (BRASIL, 2002; CBO, 2010).

O uso de “ocupação” na legislação demonstra que o Brasil adotou critérios abrangentes, com base em pesquisas estatísticas socioeconômicas, para contemplar a realidade do mercado de trabalho e reconhecer diversas categorias profissionais. Assim, tem-se um documento oficial que legitima e descreve categorias laborais baseadas no contexto prático e condizente com características culturais brasileiras. Todavia, algumas atividades de trabalho são reconhecidas no Brasil por meio de documento oficial (CBO, 2010), mesmo sem regulamentação, fiscalização e formação específicas, como é o caso das profissionais do sexo, que compõem a lista da Classificação Brasileira de Ocupações.

Apesar da abrangência sobre atividades ocupacionais presentes em território brasileiro, as reflexões sobre conhecimentos acerca da esfera profissional são restritas a apenas determinadas parcelas da sociedade, como atividades que necessitam de certificado acadêmico, o que gera desigualdades entre os diversos grupos ocupacionais presentes no meio social (BARBOSA, 2003). Com isso, pode-se concluir que existem trabalhadores brasileiros

que não são contemplados por estudos do campo profissional, o que inviabiliza a representação desses profissionais no meio científico e possíveis contribuições em seus modos de vida como um todo, inclusive no âmbito psicológico. O caso de mulheres que trabalham na prostituição, abordado neste trabalho, é exemplo de um grupo social que, apesar de presente na sociedade desde a Antiguidade, ainda é visto a partir de perspectivas de violência, desqualificação e inferiorização, bem como de invisibilidade enquanto categoria profissional (DINIZ; MAYORGA, 2018).

2 MÉTODO

Quanto ao delineamento, esta pesquisa classifica-se como estudo de caso e de abordagem qualitativa, pois teve como objetivo compreender os sentidos atribuídos ao trabalho por mulheres profissionais do sexo. Com relação ao corte e objetivos, trata-se de um estudo transversal e exploratório, tendo em vista que foi possível observar e descrever os elementos envolvidos no fenômeno estudado e a relação entre as participantes e seu trabalho, bem como visou ampliar conhecimentos sobre esta temática pouco explorada na literatura científica (FIGUEIREDO, 2008; HERNANDEZ-SAMPIERI; COLLADO; BAPTISTA-LUCIO, 2013; LEONEL; MOTTA, 2011; MINAYO, 2009).

2.1 PARTICIPANTES

Participaram deste estudo quatro mulheres cisgênero. Para participar da pesquisa, as participantes deveriam ter, no mínimo, 18 anos, identificar-se como mulher, residir na região da Grande Florianópolis e trabalhar como profissional do sexo por, pelo menos, 12 meses. A quantidade final de participantes foi determinada *a posteriori*, tendo em vista o tempo e os recursos disponíveis para coleta e análise dos dados, como também a dificuldade de acesso à população da pesquisa que, no caso, constitui um público negligenciado socialmente enquanto trabalhadoras, que compõe um cenário marginalizado e de difícil acesso (HERNANDEZ-SAMPIERI; COLLADO; BAPTISTA-LUCIO, 2013; SILVA; CAPPELLE, 2017).

Apesar de uma das participantes não ter se considerado uma profissional “de luxo”, optou-se por considerar a mesma como do ramo da prostituição de luxo, assim como as demais participantes. Esta decisão teve como base a literatura que aponta como características da prostituição de luxo o fato dessas mulheres terem a possibilidade de escolha de seus clientes, estarem menos expostas à violência e por exercerem a atividade por vontade própria, não por falta de oportunidades profissionais (ARAÚJO; BANDEIRA; SILVA, 2015; PINTO, 2018, SILVA; CAPPELLE, 2017). Tais características são compatíveis com as declaradas

pela participante B, que afirmou suprir suas necessidades emocionais ao atender seus clientes e disse “eu posso escolher muito bem com quem eu vou me relacionar”. O Quadro 1 apresenta as características sociodemográficas das participantes.

Quadro 1: Características sociodemográficas das participantes

Entrevistadas	Idade	Estado civil	Raça autodeclarada	Nível de escolaridade	Ramo de atuação	Tempo de atuação	Outra atividade de trabalho
Participante A	28	Solteira	Parda	Ensino superior completo	Acompanhamento de luxo	5 anos	Não
Participante B	31	Solteira	Branca	Ensino superior incompleto	Não especificado	6 anos	Sim
Participante D	46	Casada	Branca	Pós-graduação	Prostituição de luxo	29 anos	Sim
Participante L	23	Casada	Parda	Ensino médio completo	Acompanhamento de luxo	5 anos	Sim

Fonte: Elaboração da autora, 2020

2.2 INSTRUMENTOS

Roteiro de entrevista semiestruturado sobre o sentido do trabalho: o roteiro continha 18 perguntas e teve como objetivo obter informações sobre o sentido do trabalho para as profissionais do sexo, a partir de perguntas sobre a rotina de trabalho, atividades desenvolvidas, experiências positivas e negativas, entre outros aspectos. (FIGUEIREDO, 2008; MINAYO, 2009). As entrevistas tiveram duração, em média, de uma hora e meia.

2.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade do Sul de Santa Catarina, CAAE 36022620.3.0000.5369, parecer 4259832 e está de acordo com as normas de pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012). Após a aprovação do estudo, foi realizada a busca por possíveis participantes. Para isso, foram visitados sites e redes sociais de páginas relacionadas ao universo da prostituição. A partir de um site de divulgação do serviço de mulheres profissionais do sexo de luxo, foi estabelecido o contato, por meio do envio de uma mensagem para algumas das trabalhadoras, em seus números de telefone que estavam disponibilizados no site para contato. Além disso, também foram identificados perfis profissionais em rede social, sendo enviada mensagem para as trabalhadoras em seus próprios perfis. Na mensagem de convite para a participação da pesquisa, havia uma breve apresentação do trabalho, o objetivo geral e os critérios pré-estabelecidos para participação.

Conforme as mulheres demonstravam interesse em participar da pesquisa, as entrevistas eram agendadas, de acordo com a disponibilidade de cada participante.

A coleta de dados foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2020, à distância, via aplicativo de vídeo-chamada *Skype*, devido ao contexto de isolamento social decorrente da pandemia do Covid-19 (BRASIL, 2020). A gravação da entrevista ocorreu através da gravação da tela da vídeo-chamada, para ser possível a realização da transcrição dos dados posteriormente. Destaca-se que a gravação da imagem das participantes não foi utilizada para fim algum nesta pesquisa, sendo mantida a privacidade e a preservação da identidade das participantes.

Antes da entrevista ser iniciada, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as participantes, com as informações sobre a pesquisa e a declaração de concordância com os aspectos pontuados no Termo. O aceite das participantes foi registrado através da gravação de áudio.

2.4 PROCEDIMENTO PARA ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DADOS

Para a organização e análise de conteúdo dos dados coletados, as entrevistas foram transcritas. Em seguida, realizou-se a leitura flutuante do material descrito e a categorização das informações coletadas, que consistiu em classificar os dados conforme temas emergentes nos relatos das participantes. A categoria de análise utilizada foi “sentido do trabalho” e as subcategorias foram as seguintes, elaboradas *a posteriori*: atividades de trabalho; experiências positivas; experiências negativas; palavras que remetem ao trabalho; e percepção sobre seu exercício de trabalho. Posteriormente, foi realizada a inferência dos dados com base em informações da literatura sobre a prostituição. Por fim, foi realizada a interpretação dos dados para identificar os significados dos conteúdos obtidos com base em materiais teóricos sobre os fenômenos abordados na pesquisa (BARDIN, 1977; GOMES, 2009).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar os sentidos que mulheres profissionais do sexo atribuem ao seu trabalho. Para isso, os relatos das participantes foram organizados em categorias e interpretados à luz da literatura sobre o tema. Com relação às **atividades de trabalho**, de quatro participantes, três citaram atividades de que vão além do ato sexual. As participantes A e L, que se denominam como “acompanhantes”, trouxeram atividades como despedidas de solteiro e acompanhamento em locais como restaurantes, eventos ou festas.

Já a participante B citou que seu trabalho "*está muito mais ligado à psicologia de fato do que o sexo em si*", relatando que a maior parte do atendimento é para "*escutar, conversar, entender*". A entrevistada L também citou que atende pessoas que visam "*um carinho, um cuidado [...]*" e que "*às vezes tem que ser psicóloga*", o que vai ao encontro da fala da entrevistada B. Esses relatos corroboram Silva e Cappelle (2017), ao citarem a relação interpessoal que ocorre com o cliente no trabalho de profissionais do sexo. Portanto, pode-se perceber que as atividades exercidas na prostituição de luxo envolvem questões sexuais, mas também a escuta e companhia do cliente durante o atendimento.

Todas as participantes citaram **experiências positivas** vivenciadas no trabalho. As entrevistadas A, B e L citaram que, trabalhando na prostituição de luxo, conhecem pessoas de poder aquisitivo elevado e que proporcionam trocas de conhecimentos significativas, a partir de experiências vivenciadas. Outro aspecto pontuado foi o tratamento dos clientes, o que foi citado por todas as participantes como algo positivo e pode ser constatado nas falas das entrevistadas A, B e D, respectivamente:

> *tem muita gente que te trata com um certo bajulamento sabe, te cobre de elogios [...] tu se sente a coisa mais gostosa do universo.*
>
> *[...] me senti muito bem tratada, melhor do que qualquer outro homem havia me tratado.*
>
> *sempre fui tratada como uma rainha pelos meus clientes como nunca fui tratada por nenhum namorado nem noivo nem marido [...] Te beijam dos pés a cabeça, eles dão a vida por aquela prostituta.*

O tratamento dos clientes, conforme relatado pelas participantes B e D, é considerado por Guimarães (2007) como uma forma de as profissionais sentirem seus desejos românticos satisfatoriamente realizados, já que elas avaliaram, quando comparam o modo como foram tratadas por clientes e por outros homens em seus relacionamentos pessoais, como mais satisfatório. Nesse sentido, é possível identificar que, para além da prestação do serviço, essas mulheres também estabelecem uma relação interpessoal com seus clientes, o que pode favorecer a percepção de que o trabalho também é uma fonte de afeto.

Ainda acerca das pontuações das participantes sobre suas experiências positivas no contexto do trabalho, destaca-se a questão abordada por Silva e Cappelle (2017) e por Pinto (2018) sobre profissionais do ramo de luxo, as quais possuem melhores condições de trabalho e também de controle sobre estas em comparação com mulheres que exercem a prostituição na rua ou em boates, por exemplo. A participante L pontuou este aspecto como significativo no exercício do trabalho ao citar que, a depender do local de atuação, "*tu se vê bem realizada, bem encantada, uma coisa que é mil maravilhas*". Assim, contatou-se que, na prostituição de

luxo, as trabalhadoras atuam em um contexto de maior segurança e liberdade para escolha de clientes que podem vir a encontrar, o que aumenta as chances de possuírem experiências positivas no trabalho.

Como **experiências negativas**, as participantes citaram situações como o tratamento de alguns clientes que agem com "*indiferença*", palavra utilizada pela participante L, e ainda o atendimento de pessoas que estão sob o efeito de drogas, como pontuado tanto pela entrevistada A quanto pela entrevistada B. Nesta categoria de análise, pode-se perceber que nenhuma das participantes vivenciou experiências consideradas graves, como situações de violência física. Com isso, percebe-se novamente que, por estarem inseridas em um contexto da prostituição considerado de luxo, a incidência de situações de violência é menor. Além disso, as entrevistadas também citaram que conseguem, de alguma forma, identificar clientes que poderiam lhes causar inconvenientes, como o caso de uma pessoa sob os efeitos de substâncias psicoativas e que, nessas circunstâncias, evitam realizar estes atendimentos. Com isso, reforça-se a questão quanto à maior liberdade e controle sobre o trabalho exercido, como já citado por Araújo, Bandeira e Silva (2015), Pinto (2018) e Silva e Cappelle (2017).

A partir do questionamento sobre **palavras que poderiam usar para definir o trabalho na prostituição**, foram relatadas diversas significações que este trabalho pode possuir. O dinheiro, pontuado por Soares et al. (2015) como "fácil" neste ramo de atuação, foi citado nas falas de três das quatro participantes, porém, não considerado como "fácil", mas sim "rápido", como trazido por Pinto (2018) ao pontuar o alto rendimento deste trabalho em um período de tempo reduzido.

Ainda, a questão financeira não apareceu isoladamente. A participante L, apesar de pontuar que "*o que descreve mesmo é o dinheiro*", também falou sobre "*ter um vínculo com uma pessoa que tenha mais experiência [...], que possam te falar coisas que vão agregar na sua vida sabe, conhecer pessoas que são mais inteligentes, que são mais viajadas*". A entrevistada A trouxe também as palavras "liberdade", "variedade", "paciência", "empatia", "autoaceitação" e "autoestima", enquanto a participante D pontuou, juntamente com o dinheiro, "*a vida que a prostituição te proporciona"*, o que demonstrou o que foi afirmado por Silva e Cappelle (2017) e Pinto (2018) sobre a independência, a possibilidade de manter padrão de consumo elevado e de conforto e a autonomia para gestão da própria vida trabalhando neste ramo. Já a entrevistada B utilizou a palavra "troca" para definir a prostituição, pontuando também que acha "legal" e "muitas vezes recompensador". Assim, percebe-se o que foi constatado por Barreto (2014), que as profissionais do sexo podem gostar

do seu contexto de trabalho e das atividades que realizam, o que gera estranhamento social devido ao caráter moralista acerca do contexto da prostituição.

Diante das informações analisadas, observou-se que as entrevistadas trouxeram falas que apontaram tanto aspectos positivos quanto negativos sobre **como percebem seu exercício profissional**. Esses resultados são semelhantes aos encontrados por Soares et al. (2015), autores que identificaram a existência de uma ambivalência de sentimentos sobre o trabalho no contexto da prostituição. As participantes trouxeram falas como, por exemplo:

> *Adoro motel, adoro atender meus clientes, amo os meus clientes, juro pra você, eu tenho um amor um carinho por todos os meus clientes. Só tenho coisas boas para falar da prostituição (risos)[...] Assim,* (participante falando consigo mesma) *"D, você daria um conselho hoje para uma menina que está com a ideia de entrar para a prostituição, seja sincera, o que você diria para essa menina? Vai ou não vai?"Sinceramente o meu conselho "menina estuda, se tiver que trabalhar para ganhar em qualquer profissão decente, lógico é o correto, para ganhar um salário mínimo, se vire com um salário mínimo, entendeu. Estude, cresça e se faça na vida dessa forma, que é o caminho mais certo. (Participante D)*

> *Não vou dizer que é 100% ruim porque não é, porque tem pessoas que te tratam muito bem, que são super educadas com você [...] Assim... não vou dizer que eu gosto porque eu não gosto, a maior parte das vezes você não quer né [...] Não sei porque que abominam tanto, veem tanto como uma coisa tão ruim sendo que nem é tudo isso [...] é uma coisa bem tranquila. (Participante L)*

A partir destes relatos, percebe-se que os discursos das participantes demonstraram incongruências sobre suas práticas profissionais. Apesar de pontuarem experiências benéficas vivenciadas no trabalho, as falas das participantes corroboram o fato de a prostituição ainda ser considerada culturalmente uma atividade estigmatizada e imoral, o que tem como base padrões histórico dominantes e enraizados na sociedade (SILVA; CAPPELLE, 2017, SOARES et al., 2015). Sendo assim, as trabalhadoras inseridas neste contexto percebem seu trabalho a partir da influência de preceitos normalizadores, compreendendo-o como desviante do que é considerado adequado ou correto socialmente (SILVA, 2007 apud PINTO, 2018).

Nessa direção, ainda foram pontuados traços negativos, interpretados como um reflexo do caráter moral e indigno existente na cultura acerca do trabalho na prostituição. Contudo, mesmo a ambivalência sendo predominante no relato das participantes, é possível constatar que também existe a valorização de outros aspectos que, nesse caso, foram considerados positivos pelas profissionais. A participante D, por exemplo, relatou que:

> *as prostitutas num quarto, num programa elas são o que elas são de verdade [...] com o cliente eu posso ser o que eu sou. Eu posso falar o que eu quero, posso botar pra fora tudo que eu tenho vontade.*

A participante A citou as palavras “independência” e “autossuficiência” ao falar sobre seu trabalho. Tais relatos denotam que essas trabalhadoras experimentam em algum grau a sensação de liberdade na realização de seu trabalho, seja quando exercem a atividade, seja o trabalho como um meio para obter independência e autossuficiência. Essa sensação foi pontuada por Guimarães (2007), Guimarães e Merchan-Hamann (2005), Pinto, (2018), Silva e Cappelle (2017) e Soares et al. (2015) e é um fator significativo para compreender os sentidos que as profissionais do sexo atribuem ao seu trabalho, a partir de suas vivências e apropriações que estas lhes viabilizaram.

Além disso, como já foi citado na categoria de análise acerca das atividades profissionais a partir da literatura e dos relatos das participantes, destaca-se o fato do contexto de trabalho da prostituição não ser resumido ao ato sexual. A partir disso, existem interações neste trabalho que são significativas para compreender os possíveis sentidos atribuídos ao ser profissional do sexo de luxo. Com base neste aspecto, pode-se citar a fala da participante A, que afirmou que “*essa troca de experiências (com os clientes) também acho muito interessante, dá pra entender assim como é ampla a cabeça do ser humano*”.

Essa percepção também foi observada no relato da participante B, ao citar que enxerga a prostituição como uma “*troca*”. Nesse sentido, destaca-se também a fala da participante L, que afirmou ser relevante o contato com o cliente no contexto de trabalho: “[...] *você conversar com uma pessoa que tenha mais experiência que você, que possam falar coisas que vão agregar na sua vida sabe*”. Esta troca de conhecimento foi citada na literatura como uma relação intersubjetiva, além da relação sexual entre a profissional e o cliente (FARINHA; BRUNS, 2006 apud SILVA; CAPPELLE, 2017). Infere-se, portanto, que o sentido do trabalho para essas mulheres está associado à ambiguidade em seus relatos, característica da atribuição de sentido pelo ser humano em suas vivências, que não ocorre através de um meio único e fechado mas, muitas vezes, contraditório (NATIVIDADE, 2007). Destaca-se também que as experiências interpessoais consideradas prazerosa pelas participantes foram permeadas, em algum nível, pelo reconhecimento de sua atividade profissional. Este reconhecimento é citado por Coutinho, Krawulski e Soares (2007) como significativo para os sujeitos estabelecerem vínculos com o trabalho e as relações estabelecidas neste contexto para, então, apropriarem-se de suas vivências e constituírem suas subjetividades.

Diante disso, observou-se que a atribuição de sentidos ao trabalho na prostituição de luxo se constitui tanto por fatores singulares, como as vivências das participantes neste contexto, quanto pelas características histórico-culturais vinculadas a este trabalho. A perspectiva machista e moralista sobre o papel da mulher e sua sexualidade no meio social,

abordada por Francisco e Cavalcanti (2014), Guimarães (2007) e Silva e Cappelle (2015), contribui para que as mulheres inseridas na prostituição sejam interpretadas como desviantes da norma social e, inclusive, enxerguem-se como tal. Assim, são geradas ambiguidades sobre o ser profissional do sexo em que as participantes, ao mesmo tempo em que demonstram tranquilidade e apreço pelo trabalho, também utilizam discursos valorativos sobre a atuação profissional ao apontarem como algo que não é legítimo ou correto.

Devido ao fato das participantes estarem inseridas no contexto da prostituição de luxo e de terem aceitado contribuírem espontaneamente para a pesquisa, pode-se inferir que a prevalência de aspectos positivos nos relatos acerca do exercício profissional demonstra um enviesamento nos resultados. Ou seja, os dados apontados são legítimos, todavia, não contemplam a pluralidade de compreensões presentes no exercício da prostituição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, constatou-se que os sentidos que mulheres atribuem ao exercício da prostituição de luxo são variados, a depender das vivências destas trabalhadoras e de suas compreensões de suas experiências. Contudo, destacam-se alguns fatores predominantes como influentes nas significações das profissionais de luxo, como o retorno financeiro rápido e elevado e o que isto pode vir a oportunizar, como maior qualidade de vida, independência e autonomia para as trabalhadoras. As características do ramo considerado de luxo e os relatos positivos das participantes são válidos, porém, enviesados, quando relacionados aos múltiplos e ambíguos aspectos presentes na prostituição. Foi percebido que a influência da perspectiva moralista e valorativa sobre a prostituição ainda é presente, tendo repercussão na maneira com que as profissionais do sexo enxergam a si mesmas e seu exercício de trabalho.

Deve ser destacado que, devido ao contexto de pandemia do Covid-19 e a realização da pesquisa na modalidade remota, houve dificuldade de acesso a participantes de diferentes contextos da categoria prostituição, como mulheres que trabalham na rua ou em locais de maior vulnerabilidade. O contato realizado por redes sociais viabilizou a prevalência de profissionais do ramo de luxo para participação na pesquisa, o que repercutiu em resultados legítimos, porém, de uma parcela específica inserida na categoria geral profissionais do sexo.

Portanto, sugere-se a realização de pesquisas que apresentem uma maior variabilidade em sua amostra, de forma a contemplar os fenômenos presentes na prostituição com o objetivo de propiciar escuta e reconhecimento de mulheres invisíveis socialmente. Porém, dignas de legitimidade de suas vivências enquanto profissionais e seres humanos.

5 REFERÊNCIAS

ANGELIN, Paulo. Eduardo. Profissionalismo e profissão: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 3, n. 1, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/4390>. Acesso em: 07 maio 2020.

ARAÚJO, Luana Broni de; BANDEIRA, Maria Ceci Leal; SILVA, Tiago Luís Coelho Vaz. Prostituição de luxo: gênero, trabalho e sociabilidade na cidade de Belém. **Revista Pegada**, v. 16, n. 2, dez. 2015. Disponível em: < https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3933/0>. Acesso em: 28 out. 2020.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **As profissões no Brasil e sua sociologia.** Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 593-607, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 maio 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Persona, 1977.

BARRETO, Diva Rodrigues Daltro. **Luta por invisibilidade ou reconhecimento? Um estudo sobre a história de vida de acompanhantes de luxo.** 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

BORGES, Lívia de Oliveira. As concepções do trabalho: um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 81-107, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551999000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 abr. 2020.

BORGES, Lívia de Oliveira; TAMAYO, Álvaro. A estrutura cognitiva do significado do trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 11-44, jan. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/6712> . Acesso em: 04 abr. 2020.

BORGES, Lívia de Oliveira; YAMAMOTO, Oswaldo. H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgínio Bittencourt (Orgs.) **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2014. cap. 1, p. 25-72.

BORGES, Ronaldo Divino. Trabalhadores invisíveis: um retrato social de Alto Araguaia. In: PRÊMIO EXPOCOM 2015 – EXPOSIÇÃO DA PESQUISA EXPERIMENTAL EM COMUNICAÇÃO, 22., 2015, Rio de Janeiro. **Intercom**, 2015. p. 1-10. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/centrooeste2015/expocom/EX46-0004-1.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 2012**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego.** Institui a Classificação Brasileira de Ocupações em todo território nacional. Portaria n. 397, de 9 de outubro de 2002. Brasília, DF. 2002. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0B39D1C37DB8698344DE88D500EF8E3B.proposicoesWeb2?codteor=382544&filename=LegislacaoCitada+-INC+8189/2006>. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 98 de 2003.** Dispõe sobre a exigência de pagamento de serviços sexuais prestados e altera o Decreto-Lei nº 2.848de 1940. Brasília: Câmara Federal, 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9729EA7883BB049E120D9D6CA9A429B7.node1?codteor=523781&filename=Avulso+-PL+98/2003>. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Recomendação n. 027, de 22 de abril de 2020.** Recomenda aos Poder Executivo, federal e estadual, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, ações de enfrentamento ao Coronavírus. Brasília: DF, 2020.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES. **CBO – 2010.** 3ª ed. Brasília: MTE, 2010. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2014/09/CBO-Livro-1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

COHEN Ronald Jay; STURMAN Edward D.; SWERDLIK Mark E.. Avaliação Neuropsicológica. *In*: COHEN Ronald Jay; STURMAN Edward D.; SWERDLIK Mark E.. **Testagem e avaliação psicológica:** introdução a testes e medidas. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. cap. 15. p. 530-564.

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 29-37, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 maio 2020.

DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Prod.**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, dez., 2004, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-65132004000300004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 abr. 2020.

DIAS, Lucas Bernardo. **A Prostituição no Brasil:** percursos sobre a regulamentação do métier. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/5394>. Acesso em: 13 abr. 2020.

DINIZ, André Geraldo Ribeiro. **Sobre subalternidades e enfrentamentos:** sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível

em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_a0a3c4e7e2bf86301ba718d805b5a79d>. Acesso em: 02 abr. 2020.

DINIZ, André Geraldo Ribeiro; MAYORGA, Claudia. Notas sobre a autonomia e desqualificações social de mulheres prostitutas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 30, p. 1-12, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822018000100221&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 mar. 2020.

FERREIRA FILHO, Benjamin Rodrigues. Zona de batalha: os sentidos da prostituição. Profiscientia: **Periódico Multidisciplinar do IFMT.** Cuiabá, n. 4, p. 15-36, 2009. Disponível em: <http://www.profiscientia.ifmt.edu.br/profiscientia/index.php/profiscientia/article/view/33>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida (Org.). **Método e metodologia na pesquisa científica.** 3. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Panorâmica – Pesquisa**. São Paulo, 2002. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0412200222.htm>. Acesso em: 05 dez. 2020.

FRANCISCO, Ana Lucia; CAVALCANTI, Rozalia Andrade. A concepção freudiana acerca do feminino. **Veredas: Revista Eletrônica de Ciências,** v. 7, n. 2, p. 5-23, 2014. Disponível em: <http://veredas.favip.edu.br/ojs/index.php/veredas1/article/view/250>. Acesso em: 22 abr. 2020.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes. 2009. p. 79-108.

GUIMARÃES, Katia.; MERCHAN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Rev. Estud. Fem**., v.13, n.3, p. 525-544, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v13n3/a04v13n3.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

GUIMARÃES, Roberto Mendes. **Prostituição:** patologia, trabalho, prazer? O discurso de mulheres prostitutas. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001622232>. Acesso em: 27 abr. 2020.

HERNANDEZ-SAMPIERI Roberto; COLLADO Carlos Fernández; BAPTISTA-LUCIO María del Pilar. **Metodologia de Pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

LEONEL, Vilson.; MOTTA, Alexandre de Medeiros. **Ciência e Pesquisa:** livro didático. 3. ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2011.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Rev. Psicologia UNESP,** Assis, v. 8, n. 2, p. 110-117, dez/jan, 2009.

Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Classificação Brasileira de Ocupações:** Profissionais do sexo. Disponível em: http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf. Acesso em: 30 maio 2020.

MORIN, Estelle. Os sentidos do trabalho. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 08-19, jul./set. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902001000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 abr. 2020.

NATIVIDADE, Michelle Regina da; COUTINHO, Maria Chalfin. O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 430-439, ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000200021&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 abri. 2020.

NATIVIDADE, Michelle Regina da. **O trabalho na sociedade contemporânea:** os sentidos atribuídos pelas crianças. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PEREIRA, Eliane Aparecida Junckes; CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da. Reflexões sobre as profissões. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 12, n. 24, p. 44-58, dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n24p44>. Acesso em: 07 maio 2020.

PINTO, Mariana Veloso. **Prostituição de luxo:** sentidos e representações atribuídos à prostituição de luxo em contexto universitário. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Minho, Porto, 2018.

QUALLS-CORBETT, Nancy. **A Prostituta sagrada: a face eterna do feminino.** 4. ed. São Paulo: Paulus, 1990.

RIBEIRO, Cesar Augusto; BRAZ, Maria Mikaele de Sousa Gil; COELHO, Shimony. Um estudo de caso: a qualidade de vida e estresse de uma garota de programa no

interior da Bahia. *In:* 17º Congresso de Iniciação Científica da FASB, Barreiras: FASB, 2019. p. 1-5. Disponível em: < http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/cic/article/view/501>. Acesso em: 19 set. 2020.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2009. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SANTOS, Clara Cruz. **Profissões e identidades profissionais.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2011.

SCHWEITZER, Lucas et al. Bases epistemológicas sobre sentido(s) e significado(s) do trabalho em estudos nacionais. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 103-116, mar. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572016000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 abr. 2020.

SILVA, Késia Aparecida Teixeira; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de mulheres prostitutas. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 6, p. 19-47, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712015000600019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SILVA, Késia Aparecida Teixeira; CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. O Trabalho na Prostituição de Luxo: Análise dos Sentidos Produzidos por Prostitutas em Belo Horizonte – MG. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. Ed. Especial, p. 23-39, 2017. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/1391>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SOARES et al. A Prostituição Como Profissão: Uma Análise Sob a Ótica das Profissionais do Sexo. **Revista Saberes**, v. 3, n. 2, p. 63-75, jul./dez. 2015.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 38-46, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 abr. 2020.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.